

PROGRAMA DE GOVERNO – PSOL/PCB
DANI PORTELA – GOVERNADORA – GERLANE SIMÕES VICE

Vivemos um momento decisivo no país e Pernambuco terá uma importância fundamental nestas eleições 2018. O atual momento histórico requer de nós, militantes de esquerda, assumirmos o compromisso de não deixar que as nossas pautas tão caras, sejam deixadas de lado.

Neste Estado de tantas desigualdades e injustiças, não há como pensar em governar sem questionar de frente a política do PSB que nos levou a ser um dos Estados mais perigoso do país para todos, mas especialmente perigoso para as mulheres e para a juventude de periferia.

Ao aceitar a tarefa de ser candidata à governadora do Estado de Pernambuco, na chapa feminista do Psol/PCB, o fiz na expectativa de pensar um programa que represente uma nova forma de fazer política.

A militância foi convidada para estar conosco nesta tarefa de disputar os corações e mentes tão desacreditados da velha prática de capitânicas hereditárias políticas que existe no Brasil e em Pernambuco.

Nós fomos os únicos a debater propostas, enquanto dos os demais pre-candidatos estavam apenas atrás de tempo de TV e fundo eleitoral.

Em uma construção realmente coletiva, iniciamos a construção do nosso programa em maio, em vários debates presenciais

Este programa que estamos apresentando é um documento em construção, posto que os debates temáticos que se iniciaram na pré-campanha e continuarão na campanha eleitoral.

Neste documento fizemos dois recortes, um de gênero, posto que continuamos acreditando que um Estado melhor para as mulheres é um Estado melhor para todos, e um recorte de raça, posto que trata-se de realizar o empoderamento político e social das mulheres e negros, que é a ampla maioria da população de Pernambuco.

O Programa tem alguns eixos principais, dentre estes a necessidade de democratização da gestão e do orçamento público, a efetiva transparência com a execução e a necessidade de criação de políticas públicas efetivas que ataque às causas do aumento da violência no nosso Estado.

PROPOSTAS

1. Desmistificação do portal da transparência através de resumos e linguagem acessível por balanços detalhados periódicos;
2. Criação de conselho fiscalizador popular, onde representantes da população acompanharão de perto todas as decisões de ordenamento de despesas e investimentos;
3. Implantar uma gestão popular e democrática, numa dinâmica anti burocrática de consulta aos Conselhos Populares e de respeito às decisões deliberadas nessas instâncias;
4. Promover a descentralização geográfica dos investimentos orçamentários, visando desenvolver todas as regiões do Estado;
5. Fortalecimento da administração fazendária para agir com profundidade e eficácia no combate à sonegação;
6. Intensificação das operações de monitoramento dos setores mais vulneráveis e sobre os maiores contribuintes;
7. Intensificar a cobrança da dívida ativa tributária fortalecendo o trabalho dos procuradores da fazenda, com concursos nessa área com o estabelecimento de metas de arrecadação sobre a dívida ativa tributária;
8. Realizar uma reforma administrativa com redução de cargos e secretarias e realizar uma política de valorização dos servidor efetivo, discutindo seus planos de cargos e critérios de progressão salarial;
9. Estimular e promover redes de economia solidária, dando ênfase à participação coletiva, autogestão, democracia, cooperativismo, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e ambiental;
10. Implantar programas voltados ao apoio e fomento a formas diversas de geração e distribuição de renda – incluídos pequenos negócios locais;
11. Apoiar os catadores de resíduos sólidos, incentivando a organização desses trabalhadores em cooperativas;

12. Socialização de trabalho doméstico através do incentivo de construção de cooperativas, permitindo não só o trabalho, mas o fomento de cursos e atividades que permitam às mulheres, especialmente as da periferia, a se inserir no mercado de trabalho;
13. Fomento a agricultura familiar no Estado e fomentar a preparação da merenda escolar na própria unidade, sem necessidade de terceirização, garantindo a qualidade da merenda, reduzindo o preço e utilizando os alimentos produzidos pelas hortas comunitárias e pequenos agricultores locais;
14. Criação do conselho estadual de economia solidária visando materializar diretrizes concretas para a promoção e o desenvolvimento de grupos independentes que sejam baseados na cooperação, na horizontalidade e na democracia;
15. Modificação de tributos de ICMS para IVA uma vez que 70% da economia do estado depende do setor de serviços e o modelo de tributação não se adapta a essa realidade;
16. Fortalecimento da Agroecologia buscando convergências com outras organizações que não fazem parte diretamente do campo agroecológico, mas entendem a agroecologia como importante para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento;
17. Fomento à agroecologia dialogando com os movimentos urbanos, da cultura popular, redes e movimentos feministas, coletivos de comunicação, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais;
18. Criação de estratégias amplas para a desapropriação das terras improdutivas no Estado para reforma agrária;
19. Fortalecimento da Luta das Mulheres Camponesas, impulsionando as iniciativas de agricultura familiar para que elas se sobreponham ao agronegócio, defendendo a soberania alimentar e afastando-as da ameaça a essa soberania, a violência e o afetamento direto à realidade das mulheres;
20. Apoio à saúde básica como forma de diminuir o atendimento de média e grande complexidade, fortalecendo a saúde preventiva e

os programas educativos para cuidados com a saúde, principalmente nas periferias;

21. Construir um plano efetivo de saneamento básico em conjunto com os municípios e a sociedade como política estrutural de saúde pública;
22. Avançar para por fim às Organizações sociais na saúde (OS's), empresas privadas que recebem dos Governos para administrar as UPAS e novos hospitais buscando estabelecer para uma gestão hospitalar com controladoria;
23. Estabelecimento de critério demográfico para a implantação de novas unidades médicas, buscando sempre equidade nas demandas de outras Regiões além RMR;
24. Recuperação dos hospitais-escolas da UPE buscando mais recursos para ampliar a formação no âmbito estadual de forma qualificada;
25. Fortalecimento da educação e saúde dentro do ambiente escolar de forma igualitária e destacando a importância da saúde da mulher;
26. Emergencialmente criar novos leitos de UTI, para acabar com o déficit estadual;
27. Aumentar a transparência e fiscalização de recursos da saúde para acompanhamento e decisão de prioridades em suas aplicações;
28. Investimento em formação em atendimento humanitário e respeito à saúde das mulheres e implantação de centros especializados em geriatria que supra as necessidades populacionais;
29. Ampliar o direito ao parto humanizado e seguro, garantindo os direitos da gestante e do bebê no pré-parto, parto e pós-parto em todo o Estado;
30. Dar suporte às ações de parto natural e humanizado já realizadas em Pernambuco abrindo espaço nas maternidades tradicionais ao parto natural e humanizado, oferecendo assistência hospitalar de prontidão;

31. Criar centro médico especializado para atendimento a crianças e adolescentes, com a contratação de pediatras e hebiatras, educadores físicos, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais;
32. Criar um centro de atendimento para terapias às crianças portadoras de microcefalia, autismo, dentre outras necessidades especiais;
33. Fomentar a assistência à saúde da mulher, permitindo a disseminação de conhecimento para evitar a aquisição de DSTs e combate preventivo e efetivo ao câncer na população feminina;
34. Respeito à autonomia dos profissionais da educação, permitindo a livre expressão dos docentes dentro de sua atuação pedagógica e fim da maquiagem de notas para fortalecimento real da qualidade educacional, sem metas de aprovação para professores;
35. Organizar os conselhos escolares comunitários, para que a comunidade possa ter voz ativa, participar e colaborar na gestão escolar;
36. Fim da diferença entre escolas de “referências” e o resto das escolas da rede estadual para garantir a todos os estudantes as mesmas estruturas educacionais, professores de todas as matérias, escolas com estrutura física em condições, material escolar e merenda de qualidade em todas as escolas;
37. Fim da terceirização da merenda escolar com alimentos produzidos dentro de cada ambiente escolar, fortalecendo a agricultura familiar, aumentando os postos de trabalho dentro de cada unidade educacional e fazendo a interação do ambiente com a importância da produção e consumo consciente de alimentos;
38. Eleição direta para diretores escolares;
39. Salários iguais para todos os profissionais da educação de acordo com a carga horária, não importando se trabalham em escolas de “referência” ou não;
40. Dar acesso à laboratórios de informática às escolas que ainda não possuem acesso a este investimento e ampliar a implantação e

manutenção das bibliotecas escolares com programas de interação comunidade-escola;

41. Fortalecimento do ensino técnico;
42. Fim dos contratos temporários de professores para avançar na ocupação das vagas através de concurso público;
43. Respeito ao piso salarial e benefícios dos docentes, sem manobras de reajustes no fim do ano que desvalorizam o profissional;
44. Fortalecer e ampliar a formação continuada dos profissionais da educação;
45. Criação de programas de educação sexual dentro do ambiente e da rotina educacional, a fim de desmistificar os tabus em torno da gravidez precoce, responsável por uma alta porcentagem de evasão escolar;
46. Estabelecer uma política educativa de combate ao machismo, homofobia e transfobia dentro e fora da escola;
47. Implantação de uma política de universalização da educação incluindo os jovens que estão fora da escola em Pernambuco;
48. Fortalecimento de fundos de incentivos municipais para criação e manutenção de novas creches, cumprindo a LDB e reduzindo a alarmante porcentagem de mulheres que não conseguem retornar ao trabalho;
49. Mapeamento das pessoas que se encontram em área de risco ou sem moradia, buscando estabelecer convênio com o Governo Federal para construção de residências populares, garantindo a máxima proximidade do local originalmente habitado, utilizando inclusive imóveis abandonados;
50. Passe livre para a juventude sem subsídio ou isenção as empresas;
51. Reorganização do consórcio Grande Recife para atender as necessidade dos passageiros e não para garantir o lucro das empresas de ônibus;

52. Implementação do plano cicloviário nas principais vias das grandes cidades e Região Metropolitana, construindo a intermodalidade, incluindo o transporte fluvial;
53. Implantação de um novo modelo de segurança pública, com participação popular, num Conselho Estadual de Segurança Pública que efetive um espaço legítimo para a sociedade exercer o controle social sobre a segurança pública;
54. Fusão da Secretaria de Segurança do Estado com a de Direitos Humanos, prioritariamente integrada às políticas de proteção aos grupos sociais mais vulneráveis;
55. Construção e descentralização de políticas para as mulheres vítimas de violência doméstica, de forma eficaz e acolhedora, ampliando e modernizando os serviços de atendimento por equipes interdisciplinares;
56. Reconhecer a negritude e o combate ao racismo como pauta importante e de base para qualquer base governamental;
57. Estabelecer política para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira”;
58. Promover ações que incentivem a ocupação de cargos de poder por negros, garantindo maior número também em espaços de formação, pós graduações, mestrados e doutorados na UPE;
59. Ação emergencial de práticas de Educação Popular para o combate ao racismo e o fomento da diversidade e dos direitos humanos;
60. Incentivo a ampliação e massificação de iniciativas governamentais tais como os programas que priorizam Plano de Enfrentamento à Violência nas Periferias Urbanas, Pontos de Cultura, Casas de Cultura, entre outros.

61. Promoção de espaços de diálogo, audiências e consultas públicas permanentes, abertas e livres por parte do governo no que diz respeito à temática de combate ao racismo.
62. Luta pela desmilitarização das polícias e imediato debate público sobre um novo modelo de segurança pública – comunitária, humanizada e antirracista;
63. Política de apoio psicossocial para familiares de vítimas do Estado e de indenização para familiares de vítimas da atuação arbitrária;
64. Solicitação de mutirão imediato do Judiciário para revisão de penas dos presos;
65. Direito democrático às manifestações livres e autônomas, sem necessidade de tutela, acordo ou aviso prévio a instituições repressivas do Estado e não utilização de força policial em movimentos sociais;
66. Criação de um observatório para monitoramento da violência homofóbica transfóbica;
67. Realização de conferências estaduais LGBTQI+ para desenvolver planos e propostas a serem incorporadas pelo Estado;
68. Fortalecer, democratizar e reestruturar a Secretaria de Cultura e a FUNDARPE;
69. Assegurar a construção de uma rede pública de Cultura que conte com o planejamento, incentivo e investimento do governo estadual;
70. Rede integrada de equipamentos culturais e obrigatoriedade de bibliotecas, espaços de memória e centros culturais em cada município;
71. Promover a pluralidade, a multiculturalidade e o potencial transformador e independente da arte;
72. Criação de Escolas Estaduais de Artes com cursos de longa duração de literatura, música, teatro, cinema, vídeo, dança e artes visuais nas periferias e nas áreas rurais do Estado;
73. Incentivo aos artistas locais, com pagamento de parte do cachê de shows de forma antecipada;

74. Implantar portal da transparência para os gastos na promoção da cultura no Estado;
75. Combate à violência contra a mulher, por meio de políticas públicas que promovam a assistência integral às vítimas de violência doméstica, sexual, moral, psicológica e patrimonial;
76. Estruturar serviços especializados com atendimento humanizado e expandir o número de delegacias da mulher 24h, com atendimento psicossocial, realizando campanhas socioeducativas para prevenção;
77. Defender a legalização das drogas como forma de respeito às liberdades individuais e combate ao tráfico;
78. Mudar a política de guerra às drogas por políticas de garantia de direitos, respeito aos direitos humanos;
79. Implementar uma política de redução de danos como estratégia para redução de riscos pelo uso problemático de drogas;
80. Oferecer diversidade de tipos de tratamento para o uso de drogas, garantindo acesso de usuários à saúde clínica e mental como deve ser de direito de todos os cidadãos;
81. Criar medidas para reduzir a vulnerabilidade, a violência e homicídios de pessoas em situação de rua que usam drogas;
82. Defender a manutenção da maioria penal, contra a criminalização da juventude negra de periferia;
83. Mudar a política de segurança pública para reduzir drasticamente os índices de encarceramento, com foco na aplicação da Lei 12.403/2011 acerca das medidas cautelares;
84. Criação de espaços de referência para atendimento e acolhimento de mulheres egressas do sistema prisional e suas famílias;
85. Avançar na redução de leitos psiquiátricos, expandido significativamente a rede de atenção psicossocial e comunitária;
86. Planejar uma política de mobilidade urbana sustentável, pautada na estruturação de uma rede hierarquizada e equilibrada de acessibilidade e mobilidade para o estado, priorizando os deslocamentos a pé, os modos não motorizados e o transporte público;

87. Estadualizar as calçadas e criar padrões de qualidade de pavimentação, com dimensões de acordo com normas de acessibilidade, mapeando a situação das calçadas, praças, parques, veículos de transporte coletivo, prédios públicos e equipamentos urbanos;
88. Implementação da Integração Temporal no transporte público;
89. Fim das tarifas cobradas por anéis com a implementação da tarifa única;
90. Implementação e lançamento do SIMOP - Sistema de Monitoramento da Operação do Transporte do Grande Recife;
91. Criar convênio com as prefeituras municipais para implementação de corredores exclusivos para o Transporte Público;
92. Criar convênio com os correios e lotéricas para descentralização dos pontos de recarga do VEM;
93. Utilização do aplicativo NINA para combate à violência contra a mulher nos Terminais e Coletivos do Grande Recife;
94. Criação de um Plano de Navegabilidade do Rio Capibaribe em parceria com as Universidades;
95. Reestruturação e fortalecimento da EPC – Empresa Pernambuco de Comunicação;
96. Criar uma política de educação para a mídia nas escolas e promover a transparência e diversificação do recurso da comunicação oficial;
97. Criação de núcleos de produção de comunicação popular e independente;
98. Criação de pontos de internet livre em locais públicos;
99. Criação de um fundo público voltado para a comunicação popular, independente e comunitária;
100. Promover o debate sobre direitos humanos como elemento fundamental a qualquer política pública, com formação de direitos humanos e diversidade para os agentes públicos, especialmente e principalmente, aos trabalhadores da área de Segurança Pública;